

Economia-Brasil

A queda do investimento direto

O Brasil terá dinheiro suficiente para fechar as contas externas, em 2003, e provavelmente haverá alguma sobra. Mas o capital que mais convém ao País, o investimento direto estrangeiro, será escasso. O Banco Central (BC) acaba de reduzir de US\$ 13 bilhões para US\$ 10 bilhões sua estimativa de ingresso desse investimento. Isso é um terço do que entrou no País há três anos. O investimento direto começou a cair em 2001 e a queda prosseguiu este semestre. A piora do quadro internacional é a explicação mais ouvida. A economia americana perdeu impulso, depois de quase dez anos de forte expansão. Depois vieram os atentados de 11 de setembro e a crescente insegurança internacional, ainda considerável mesmo depois de encerrada a guerra no Iraque. Não se pode menosprezar esse quadro para uma avaliação realista da política brasileira de captação de recursos.

Os maiores mercados permanecem estagnados e algumas grandes economias estão perto de uma deflação. Neste ano, o cenário financeiro é quase paradoxal: sobra dinheiro no mundo e falta crescimento econômico, porque os recursos não vão para o setor produtivo.

Para o Brasil, o financiamento privado es-

casou em 2002, enquanto se especulou sobre como seria o novo governo. Um novo governo, instalado no início do ano, vem conquistando credibilidade internacional com uma política austera e com projetos de reforma. Graças a isso, o acesso ao mercado de capitais melhorou tanto para o setor privado brasileiro quanto para o governo. O lançamento de papéis oficiais no valor de US\$ 1,25 bilhão, há poucos dias, é uma confirmação dessa mudança. O prazo aumentou e o custo diminuiu. A captação de créditos por bancos e empresas do setor produtivo também vem evoluindo positivamente. Mas o investimento direto ficou em apenas US\$ 2,77 bilhões de janeiro a abril. Um ano antes havia chegado a US\$ 6,66 bilhões.

É irrealista, nessas condições, defender a criação de barreiras ao ingresso de capitais de curto prazo. É evidente que recursos de longo prazo, especialmente aqueles destinados à aquisição ou à capitalização de empresas, são mais seguros para qualquer economia, pois são fluxos menos sujeitos à oscilação de humor dos aplicadores. Mas impedir ou desestimular o ingresso de capitais de curto prazo



não resultaria no aumento de outras formas de aplicação. Além disso, o governo dispõe de outros meios para impedir, se quiser, uma valorização excessiva do real, que possa encarecer os produtos brasileiros e reduzir o superávit comercial. Reduzir a rolagem de títulos públicos é uma das saídas conhecidas e o Banco Central já indicou que poderá utilizá-la.

Apesar do quadro internacional desfavorável, o Brasil é hoje muito menos vulnerável a choques externos do que foi até há pouco tempo. O BC elevou de US\$ 16 bilhões para US\$ 17,5 bilhões sua projeção de superávit comercial. A estimativa do déficit em conta corrente praticamente não mudou, passando de US\$ 4,19 bilhões para US\$ 4,2 bilhões. Em 1988 alcançou US\$ 32 bilhões. As exportações têm crescido não só graças ao câmbio. Tanto as empresas quanto o governo vêm dedicando maior esforço à expansão do comércio internacional. Uma nova atitude vem-se consolidando nessa área da economia brasileira. É preciso considerar também esse fator, quando se discute a gestão dos fluxos de

capitais. Alguns economistas, incluídos vários do PT, parecem analisar a política econômica brasileira sem levar em conta as mudanças dos últimos quatro anos.

A atração de mais investimento direto estrangeiro, no entanto, não dependerá somente da melhora do quadro internacional. Esse capital voltará assim que haja sinais de retomada do crescimento. Isso dependerá da manutenção da austerdade econômica, do avanço das reformas e da redução dos juros básicos pelo Banco Central.

**Seria um erro
criar barreiras
à entrada
de capitais de
curto prazo
nesta fase**

Enquanto se criam as condições para uma retomada sustentável, a economia dependerá principalmente do esforço de exportação e do crescimento continuado da agricultura, um setor que se tem destacado pela modernização e pelos ganhos seguidos de produtividade. Impor barreiras ao capital de curto prazo, numa situação de incerteza internacional, seria assumir um risco desnecessário e sem nenhuma vantagem para o setor produtivo.